

Mesa Redonda

AJ06875

Participantes: Jofre Virgílio Logo — procurador chefe do Patrimônio Imobiliário do Estado.
Vitor Costa — advogado e empresário da construção civil.
Ricardo Santos — mestre em Economia e técnico do Randes.



Ajuda do Governo pode resolver questão das invasões

A necessidade de uma reavaliação do instituto da propriedade privada foi o consenso da mesa-redonda realizada para debater o problema das invasões de terras, que em grande número vêm ocorrendo na Grande Vitória. Entendem os debatedores que o direito de propriedade deve sempre ser considerado em função do seu sentido social, conforme é definido na Constituição Federal, e que o poder público deve atuar de forma mais eficaz para permitir que as populações mais pobres tenham oportunidade de morar decentemente, conforme os padrões vigentes. Segundo ele, isso deve ser feito de forma imediata, lançando-se mão de desapropriações dos terrenos urbanos que não estiverem sendo utilizados. Sem que soubessem no entanto, o Governo do Estado levou proposta semelhante à reunião de governadores de estados e Ministério do Interior, ocorrida no mês passado. É pensamento oficial implantar projetos habitacionais para a população de até três salários mínimos em áreas ociosas na Grande Vitória e que se encontram sob a responsabilidade da União. Até que isso aconteça, entretanto, tudo indica que as invasões continuarão ocorrendo e, pelo que se pode prever, em ritmo condizente com o empobrecimento da população rural, com a industrialização e implantação dos grandes projetos no Espírito Santo.

O campo expulsa e a cidade atrai

AG — Somando-se o total de invasões de terras na



Ricardo Santos: o direito de morar.

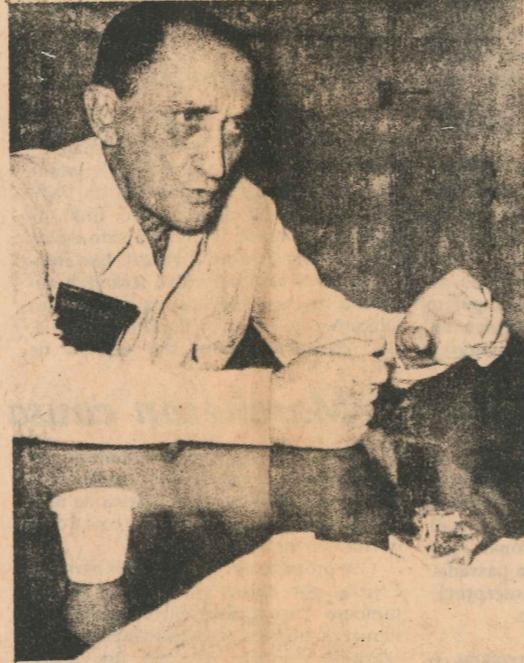
renda, vai determinando que os migrantes se estabeleçam na periferia das grandes cidades. Agora, é evidente que a população pobre tem seus mecanismos de sobrevivência nas cidades. O indivíduo chega aqui e quer obter uma moradia. Ele tem o direito à sobrevivência, o direito de morar. Se o mercado de terras urbanas sofre tremendamente as consequências da especulação imobiliária — a terra é um mercado de valor —, a invasão, a ocupação ilegal de terras, seria uma válvula de escape. Na verdade, ele está procurando exercer seu legítimo direito de morar.

AG — O migrante invade um terreno por falta de terras livres ou porque ele realmente não tem onde morar? O que determina a invasão?

Ricardo Santos — Porque ele não tem recursos para comprar. Ele vem do interior sem recursos e não tem condições de comprar um terreno, tendo em vista os altos preços das terras criados pela especulação imobiliária. Na cidade existem terras livres embora haja concentração de população em Vitória. Existe uma estimativa da Fundação Jones dos Santos Neves, de 1976, que aponta uma população de três milhões de habitantes para a Grande Vitória, se esses terrenos vagos fossem ocupados. Então, existem terras, mas estão estocadas.

AG — O que os debatedores pensam a respeito do projeto Cura. Ele tem funcionado?

Vitor Costa — O projeto Cura, que atinge a chamada área urbana, não chega a essas zonas que estão sendo invadidas. O seu objetivo é atingir essa faixa da população que vive nas favelas através do pagamento de



Jofre Lobo: fixar o homem no campo

vê, é angustiante ver famílias ao abandono, e a própria Constituição estabelece em termos claros que o poder público tem por obrigação precípua amparar a família brasileira, e esse amparo é feito assim. E quero agora destacar sobre o problema, que é edificante o pensamento do Governo Federal, que cogita tornar prioritária a assistência à lavoura, para que essa corrente migratória do interior para a cidade seja estancada. E assim que se faça isso, se dará melhor solução ao problema, fixando-se o homem do campo na lavoura, para que ele não venha para a cidade se marginalizado. A solução que o Governo deve dar também deve ser a de desapropriar, de influir junto aos órgãos financiadores para que esse povo tenha a sua moradia.

Ricardo Santos — Parece que há um certo consenso entre os debatedores que o uso da propriedade deve ter sempre uma função social. E que quando for o caso como de Flexal, Concheiras, e outros, seria de boa norma, a fim de que o Governo resguarde o direito do posseiro, a regularização da situação dessa população, sobretudo a mais pobre, atendendo inclusive a preceitos constitucionais. Preceitos estabelecidos tanto no artigo 165, inciso III, que diz que a função social da propriedade deve ser resguardada, como também do artigo 171 da Constituição Federal, que diz que a família é constituída pelo casamento e terá o direito à proteção do poder público. O poder público não pode se omitir quando famílias são despejadas e jogadas ao relento.

Vitor Costa — Acho que o problema mais sério que



Vitor Costa acha que o Governo deve desapropriar e entregar lotes a quem precisa

que quer, se melhor observassem a Constituição Federal não decretariam assim.

AG — Um outro problema melindroso é o dos terrenos de marinha, onde ocorre grande parte das invasões registradas na Grande Vitória. Gostaríamos de saber a opinião dos debatedores a respeito desse problema, em função das altas taxações que ocorreram este ano.

Jofre Virgílio Lobo — Não posso falar pelo Governo, porque não tenho poderes para isso, mas como procurador posso dizer o seguinte: essa taxação não foi feita pelo Governo Federal, mas pela chefia da repartição que cuida do assunto em Vitória. O Governo Federal não poderia de maneira alguma ter autorizado essa repartição a fazer isso, permitindo que as taxas fossem aumentadas em 20, 30 mil por cento, o que é um absurdo, uma medida arbitrária. Isso é inconcebível à luz de qualquer direito e à luz de qualquer hermenêutica. Então isso não é absolutamente pensamento do Governo Federal, que não iria determinar uma medida absurda dessas. Isso é iniciativa da repartição competente aqui de Vitória.

Vitor Costa — Com relação aos terrenos de marinha, há um aspecto muito interessante que deveria ser objeto de exame. Parece que o contrato de concessão do Porto de Vitória à União transferiu ao Governo do Estado todos as áreas de marinha situadas entre a foz do Rio Santa Maria e o canal de Ticolé (proximidades da Ilha da Fumaça). Então, essas áreas deixaram de ser de

é? Mas, nós estamos vivendo de uma forma híbrida, onde a tendência é estatizante e socializante por parte do Governo, em que se deixa o empresariado privado agir comercialmente. Em Vitória surgiram novos bairros e, paralelamente, a chamada indústria do loteamento, que ensejou a verdadeira especulação.

AG — E a atuação da Polícia nos casos de invasões de terra?

Vitor Costa — Acho que o Código Civil dá ao cidadão que está sendo esbulhado o direito ao deforço pessoal. A verdade é essa: o indivíduo começa a invadir em Flexal, mas ele pode invadir o fundo do seu quintal.

Ricardo Santos — Sim, mas são coisas de uma natureza totalmente diversa: Uma coisa é aplicar esse instrumental do Código Civil para a invasão de um vizinho no quintal do outro e outra coisa é aplicar para o caso de 200 famílias pobres que estão morando em determinado local. Considerar isso à luz pura e simples privatista dos dispositivos do Código Civil, para um problema que é de angústia... O Governo não deve associar isso a um caso de Polícia.

AG — Para concluir, gostaríamos que cada um dos debatedores desse sua opinião a respeito de qual seria a solução para o problema.

Jofre Virgílio Lobo — A solução seria que nas áreas em que o problema se torna mais sensível o Governo desapropriasse e oferecesse ao ocupante financiamentos através dos órgãos competentes.

Vitor Costa — O Governo deveria desapropriar, di-

e a cidade atraí

AG — Somando-se o total de invasões de terras na área da Grande Vitória, nos últimos dois meses, temos cerca de dez casos noticiados. Começaremos pela identificação das causas do problema. O que motiva o aparecimento de tantas invasões em zonas urbanas?

Ricardo Santos — Eu gostaria inicialmente de fazer umas observações sobre alguns fatores verificados nesse processo de urbanização acelerada por porque passa o Espírito Santo. Como todos bem sabem, o Estado vem passando por alterações muito profundas, sobretudo em seu meio rural, em que as cidades ligadas ao setor lavoura vêm perdendo seu número de habitantes a cada ano, desenvolvendo-se a pecuária bovina — que absorve muito menos mão-de-obra que a lavoura — em índices muito superiores à agricultura. Por outro lado, as atividades agrícolas em nosso litoral ou são também pouparas de mão-de-obra ou são cada vez mais mecanizadas, o que leva, da mesma maneira, à não utilização da mão-de-obra. Quer dizer, no Espírito Santo existe um processo firme de expulsão da população do meio rural. Acrescente-se a isto o fato de que a Grande Vitória vem atraindo pessoas do Sul da Bahia e do Leste mineiro, regiões que passam por um processo semelhante de reestruturação agrícola.

Vitor Costa — Complementando o que você está dizendo, vou mais longe. Acho que o próprio governo está estimulando esse processo de transferência do homem rural para a cidade. Se você for, por exemplo, no núcleo residencial de Carapina, Carapinã, vai ver que mais de 40 por cento dos moradores são oriundos de favelas ou zonas periféricas. Se você cadastrar a sua origem, verá que vieram de outros lugares. Pode-se, então, concluir que esses programas de habitações estão atraindo a mão-de-obra rural para a cidade.

Ricardo Santos — É. Se bem que o fator realmente determinante aí seria a falta de condições de trabalho nas regiões de origem. Essa mão-de-obra, que é de baixo nível de qualificação, chegando à cidade não tem condições de competição no mercado de trabalho urbano. Então, a tendência é de se formar aquele chamado setor terciário de baixa produtividade. Nesse setor, atuam pessoas que se ocupam de biscates. São os lavadores de carros, empregadas domésticas, comerciantes ambulantes, vigias, serventes, indivíduos que percebem baixíssimos salários, vivendo na periferia da cidade e configurando mesmo uma situação de pobreza. O sistema econômico-social que temos no Espírito Santo e no resto do Brasil, infelizmente, atrai o homem do campo para as cidades, que, movido também por fatores de expulsão da mão-de-obra rural, chega à cidade onde vai encontrar uma situação de lamentável pobreza. A distorção é bastante visível, haja vista a preocupação do novo Governo Federal de tentar eliminar vários aspectos de pobreza urbana, com programas de desconcentração de renda. Ao modelo atual, falta distribuir a renda, o que tem causado esses problemas.

Vitor Costa — Eu queria mostrar uma outra face da questão, um caso que eu vivi na época em que era procurador do Estado. O Espírito Santo enfrentava, nessa época, um dilema terrível: não investia porque não tinha dinheiro e não tinha dinheiro porque não investia. A base de nossa economia era a cafeicultura, mas a nossa produção era restrita ao café tipo sete para pior. E o Governo partiu para a erradicação, porque esse tipo de café dava ao nosso cafeicultor uma verdadeira condição de escravo branco. Ele fazia a colheita, vendendo o que havia arrecadado era apenas o suficiente para pagar armazém, remédios... Mas aí veio outro problema; substituir o café por quê? Ninguém se atreveu a dar a receita. Nós sabemos que para um produto primário se tornar econômico não basta que seja plantado. Às vezes, até se chegar a plantar, precisa-se ter atrás de si uma estrutura de crédito, assistência técnica, educação. Então, a verdade é essa: o Governo partiu para a erradicação mas sem um produto que pudesse substituir o café em termos comerciais. Isso fez com que se desenvolvesse a pecuária.

AG — Até que ponto as migrações, erradicação de cafezais e outros assuntos já discutidos teriam relação com as invasões de terras verificadas nas zonas urbanas?

Ricardo Santos — O migrante, sem qualificação, tem problemas de competir no mercado de trabalho. Por isso, esse círculo de pobreza, a própria concentração de

da área urbana, não chega a essas zonas que estão sendo invadidas. O seu objetivo é atingir essa faixa da população que vive nas favelas através do pagamento de aluguéis, mas comprando o seu lote o indivíduo muitas vezes não tem condições de edificar. Esse aspecto é muito importante. Se você comparar Campo Grande com a área urbanizada pelo Estado, através do projeto Cura, no caso, você verá que naquela região, sem infra-estrutura, sem presença do Governo, sem nenhuma assistência efetiva, se desenvolveu um bairro com estrutura econômica razoável. E nasceu sem estímulo oficial. Cresceu graças ao esforço pessoal de seus moradores. A pessoa fazia seu barraco, depois passava para uma casa de madeira, depois para outra de alvenaria. No entanto, muitas pessoas que vêm do interior, enquanto tinham saúde, vigor, puderam trabalhar na propriedade rural, mas perdendo essas condições, vêm para a Capital e se localizam em Porto de Santana e outros bairros. Então, dali surge um processo de fermentação e essas pessoas têm que se alojar em algum lugar, porque Porto de Santana não aguenta mais. A atual população já está além da capacidade do bairro. Já há uma superpopulação. Acredito que as invasões começam assim, lá que surgem os entendimentos, a troca de informações sobre áreas que possam ser invadidas, em que possam se abrigar.

AG — Haveria nessas invasões uma tentativa velada ou implícita de negar o instituto da propriedade privada?

Vitor Costa — Se por um lado temos o Código Civil, consagrando o direito da propriedade privada, temos, por outro lado, a própria Constituição Federal, subordinando a propriedade privada ao interesse social. Agora, é preciso notar que quando a Constituição fala em interesse social ela não quer dizer que seja de interesse social a invasão. Uma interpretação nesse sentido seria talvez muito avançada. No entanto, a não utilização da terra pode implicar, às vezes, em prejuízo para a sociedade. E a lei entrega ao Governo o instrumento da desapropriação à toda área que está sujeita a pressões sociais. Quer dizer, o Governo tem instrumento para promover a desapropriação, a divisão em lotes, e entregar a essa massa que faz pressão uma terra em condições habitáveis. Nós temos o caso de Porto de Santana, que é administrado pela Prefeitura de Cariacica, propriedade da Prefeitura. Se ela quisesse dividir essa área em lotes para as diversas famílias que moram lá, ela acabaria com a verdadeira bagunça que existe no local. O caso de Flexal, também em Cariacica, que de certa maneira sensibilizou a opinião pública. A menos de 300 metros do local está uma verdadeira fazenda, a Itanhenga, com uma frente pro asfalto enorme, água e luz, que poderia ser dada a essa população de Flexal. Se o cidadão tem lote, ele vai construir seu barraco, depois fazer o mesmo que em Campo Grande, passar para uma casa de alvenaria, e terá condições excelentes de morar tranquilo. Agora, esse paternalismo de construir a casa, entregar para o cidadão, deixar de vê-lo trabalhar para crescer...

AG — A atual legislação de terras não agravaria o problema de invasão de terra? Ela não é muito complicada?

Jofre Virgílio Lobo — Aí está em jogo a aplicação do Código Civil e da Constituição Federal. Entendo que a propriedade privada existe em função do bem estar social. Todo aquele que estocar a propriedade para seus filhos está contrariando a Constituição Federal. A solução do problema, em parte, como destacou o doutor Vitor, seria o Governo desapropriar as regiões mais afetadas e alienar a terra ao ocupante, através de financiamento. Então o indivíduo poderá edificar a sua moradia permanente, com os requisitos mínimos de conforto que a sociedade e o Governo têm obrigação de dar. Enfim, o problema se resume nisso. E o juiz que decreta o despejo, no meu humilde modo de entender de advogado de 39 anos de exercício, está indo contra a Lei. Ele, se julgasse melhor a hermenêutica, não assinaria um decreto de despejo, jogando dezenas a centenas de famílias ao desamparo e criando para a sociedade e para o Governo um problema milhares de vezes mais grave do que o ferimento que esse entendimento judicial possa causar ao instituto da propriedade privada. Fora isso, não existe mais nada. As invasões são um problema que aí se

coloca, quando se fala que a Constituição estabelece que deve ser resguardada a função social da propriedade, é saber quando se faz o uso anti-social da terra.

Jofre Virgílio Lobo — Aí, me permita a interferência, a verdade é o seguinte: quem tem dinheiro compra; quem não tem, ocupa. E está certo. O pobre não tem o dinheiro, mas tem o direito sagrado de ter sua moradia própria como o outro, de recursos. Ele ocupa porque está usando um direito que lhe é assegurado pela Constituição. Agora, eu gostaria de fazer um reparo à afirmação do nobre colega, Vitor Costa, quando ele deu ênfase a essa corrente migratória como consequência da erradicação das lavouras cafezeiras. Eu discordo. Houve muito exagero nisso, não é assim. A erradicação determinada pelo Governo tinha o sentido de acabar com as lavouras anti-econômicas, o que realmente aconteceu. É preciso que se diga isso porque erradicar lavoura anti-econômica não produziu corrente migratória para Vitória. E essa erradicação das lavouras foi um benefício inestimável, primoroso, salvador que o Governo ofereceu ao cafeicultor brasileiro.

Vitor Costa — Essa mão-de-obra qualificada que nós tínhamos, nós perdemos, pois ela se deslocou para o Norte do Paraná, Rondônia, e aquela parte que não recebeu dinheiro algum pela erradicação permaneceu no interior e veio chegando aos poucos até a periferia das cidades. Há um outro fator nesse processo migratório, que é a atração natural do homem do campo para a Grande Vitória. Tem muita gente que sai do Sul da Bahia, de Minas Gerais e que vem para cá. Até os marginais agora estão abandonando Nova Iguaçu, Caxias, no Estado do Rio. É o preço que estamos pagando pelo nosso desenvolvimento industrial.

AG — O Governo tem uma política de colonização e reforma agrária. Ela tem funcionado?

Jofre Virgílio Lobo — Acho que sim. A reforma agrária foi implantada no Brasil em 1964 e está em movimento. Agora queria destacar que ela não se faz em cinco anos, nem em dez anos. Reforma agrária se faz em 50 ou em 100 anos. A reforma agrária brasileira está em ritmo promissor e acredito que dentro de uns 30 anos ela esteja completa em suas linhas mestras.

Vitor Costa — Acho que estamos pagando pela política agrária um preço muito elevado. Temos no Brasil uma política de ocupação de terras novas e também uma política de reforma agrária. Quanto a essa política de ocupação, pelo que temos ouvido por aí, o Governo não conseguiu dar conta do recado. Outro dia fiquei sabendo pelo Jornal do Campo, da TV GAZETA, que 18 mil famílias perambulam no Território de Rondônia sem conseguir terras para cultivar. Nas regiões do Nordeste, em que o Governo está tentando implantar o projeto de reforma agrária, na faixa do Vale do São Francis está havendo ocupação de terra pelos que têm mais sucesso, mais recursos.

Jofre Virgílio Lobo — É o que estava dizendo. A reforma agrária não se faz do dia para a noite. Ela se faz a passos lentos, mesmo porque, em caso contrário, poderia gerar uma convulsão social — o que não é indicado. Na Rússia, por exemplo, eles fizeram uma reforma agrária do dia para a noite, mas colocaram os proprietários de terra na parede e fuzilaram todo mundo. Aqui no Brasil não se pode fazer isto, dentro de um regime democrático como o nosso.

Ricardo Santos — As preocupações atuais do Governo Figueiredo, no sentido de utilizar os principais instrumentos que existem no Estatuto da Terra, o Imposto Territorial Rural progressivo, para incentivar o surgimento das propriedades produtivas, são no meu modo de ver, a prova de que até hoje não se fez nada de reforma agrária no Brasil.

AG — A máquina administrativa — burocrática, responsável por registrar terras, e sua morosidade na execução desse serviço, não estaria contribuindo para agravar algo já incorporado às características brasileiras, que é o confronto de terras?

Jofre Virgílio Lobo — Com todo o meu respeito, gostaria de fazer uma crítica respeitosa aos juizes que estão decretando esses despejos. Embora eles tenham esse direito, porque a hermenêutica cada um adota a

Estado todos as áreas de marinha situadas entre a 102 do Rio Santa Maria e o canal de Ticolé (proximidades da Ilha da Fumaça). Então, essas áreas deixaram de ser de marinha e passaram ao domínio do Estado.

Jofre Virgílio Lobo — Passaram ao domínio útil, não ao domínio do Estado.

Vitor Costa — Há um decreto transferindo o domínio, doando essa área toda ao Governo do Estado, e tem gente até hoje pagando taxa de ocupação aí nessa área. Vou analisar isso depois.

AG — Já foi mencionado aqui o problema da especulação imobiliária, como um fator que impede ao migrante de comprar terras nas grandes cidades, para morar. Como pessoa que investe no mercado imobiliário, como vê isso, Sr. Vitor Costa?

Vitor Costa — Quando se fala em especulação imobiliária, admite-se um comportamento de mercado, anti-social. Nós vivemos em um regime chamado de livre iniciativa, capitalista, que alguns chamam de capitalista selvagem — mas nem todo capitalismo é selvagem, não

Estado quer área da União para projeto habitacional

O secretário da Cultura e do Bem-Estar Social, Clóvis de Barros, anunciou a existência de entendimentos entre os governos do Estado e Federal no sentido de viabilizar a utilização de áreas pertencentes à União em projetos habitacionais. Segundo ele, o grande número de invasões de terras que vem se registrando na Grande Vitória deixa patente a necessidade de uma providência urgente que venha solucionar o problema. No entender do secretário, deverá ser criado um meio institucional que permita atacar a questão lançando-se mão de terras públicas. Essa foi, inclusive, a proposta apresentada pelo Espírito Santo na reunião de governadores com o Ministério do Interior, realizada semana retrasada. O texto da proposta, no entanto, ainda não pode ser divulgado.

Considerou Clóvis de Barros que não há áreas suficientes na Grande Vitória para a execução de projetos como o de lotes urbanizados, que atingem as classes de zero a três salários mínimos, também chamadas de quarto estrato social, mas que poderiam, no entender do secretário, ser classificadas como de "pobreza absoluta". Segundo ele, "o problema não pode esperar e as medidas devem ser estendidas até mesmo ao meio rural". Conforme afirmou, a propriedade tem um sentido social e foi calçada neste princípio a proposição apresentada pelo Estado no encontro com o Minter, que envolveu também o BNH.

Clóvis de Barros considerou que existe na área política o deputado federal Teodorico de Assis Ferraço com a missão de fazer um pronunciamento na Câmara defendendo a posição do Governo do Estado. Além disso, haverá um acompanhamento de perto das atividades do grupo de trabalho criado pelo Minter para examinar a questão da utilização do solo. Não há, entretanto, prazo para que as intenções do Governo se concretizem.

O secretário da Cultura e do Bem-Estar Social considerou que existem inúmeros terrenos pertencentes à União e considerados como "de marinha" e que

desapropriasse e o interesse do ocupante imobilizado através dos órgãos competentes.

Vitor Costa — O Governo deveria desapropriar, dividir em lotes e entregar a cada um dos necessitados para que construíssem suas próprias moradias. Agora, é preciso que se dote essa região de condições mínimas de vida. Pode não ter luz, mas que tenha esgoto e tenha água.

Ricardo Santos — A curto prazo, esse problema de invasões para ser atenuado, exige do poder público medidas para salvaguardar o direito de habitação da população pobre, ou desapropriando a área ou dando outras terras, jamais deixando que se repitam cenas que nós vemos todo dia: famílias deixadas ao relento sem nenhum amparo. A médio e longo prazo, se for possível ao Governo garantir o desenvolvimento do setor agrícola e se for possível alterar a estrutura fundiária onde ela apresenta distorções mais fortes, implementando a reforma urbana no sentido de se evitar que a posse da terra seja um mero título de valor para especulação futura, o problema de inchação urbana poderia ser minorado.

perfazem grande parte da área de Vitória. Além desses, há outras áreas, de propriedade do Ministério do Exército, por exemplo, e que não estariam tendo qualquer utilização. Paralelamente existem, no entender de Clóvis de Barros, os especuladores, que guardam grandes extensões de terras, mas também sem uso.

A médio prazo ele pretende estancar o que considerou uma "verdadeira avalanche de invasões", através da implantação de conjuntos habitacionais não-somente em áreas urbanas, mas principalmente em zonas rurais, conforme objetivo já definido pelo Banco Nacional de Habitação mas que, segundo Clóvis de Barros, era idéia antiga do Governo Estadual.

Clóvis de Barros não citou estatísticas sobre a movimentação interna do capixaba, pois disse que o levantamento vem sendo feito pelo Cetreme (centro de Atendimento ao Migrante de Baixa Renda). Opinou, entretanto, que grande parcela da migração teria origem nos estados de Minas Gerais e Bahia.

Como causa daquele problema e, por seguimento, das migrações internas, ele definiu em primeiro lugar o fenômeno da urbanização; em segundo, a execução dos grandes projetos na Grande Vitória; e, em terceiro, as enchentes que ocorreram no início do ano, no Estado. Ao fenômeno da urbanização estaria ligada também, no seu entender, a questão de falta de condições para sobrevivência da população camponesa em seu ambiente natural, devido à falta de assistência médica e escolar.

Ao considerar a frente fria que vem atingindo Vitória, Clóvis de Barros disse que a temperatura não chegou ainda a um nível capaz de prejudicar a população mais pobre, mas que, quando isso ocorrer, a Secretaria tomará providências. Os indigentes que demonstrem precariedade de vida diante da baixa temperatura serão removidos para o Centro de Ajustamento Social, em Carapina.